

Reflexões convergentes sobre a Agenda 2030 da ONU a partir de diferentes setores da sociedade

Converging reflections about the UN 2030 Agenda from different sectors of society

Reflexiones convergentes sobre la Agenda 2030 de la ONU desde diferentes sectores de la sociedad

Entrevista

Mariana Alcalay

Carlo Pereira

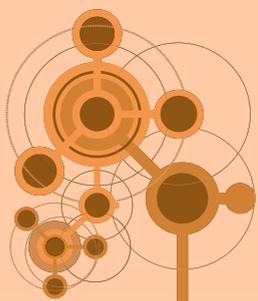
Ana Paula Fava

Entrevistadora



Raquel Cabral

- Doutora em Comunicação pela Universitat Jaume I (Espanha).
- Professora e coordenadora do GT Unesp 2030 da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp).
- E-mail: raquel.cabral@unesp.br

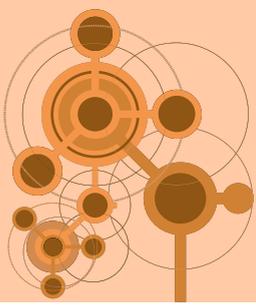


Estudar e promover a articulação de organizações privadas, públicas, do terceiro setor ou mesmo internacionais com a Agenda 2030 implica compreender as características específicas, os processos, o potencial de realização, os desafios e as limitações dos diferentes setores em que atuam e suas diversas formas de engajamento e capacidades de mobilização política.

Pensando nessas especificidades que impactam a compreensão do relacionamento dessas organizações com seus diferentes públicos e sua atuação em distintos setores da sociedade, a *Organicom* entrevistou três organizações por meio de seus representantes: Mariana Alcalay, da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU) com forte articulação com a sociedade civil; Carlo Pereira, diretor executivo (CEO) do Pacto Global da ONU no Brasil, organização internacional com forte articulação com empresas privadas; e Ana Paula Fava, coordenadora executiva da Comissão Estadual para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no estado de São Paulo, organização do setor público governamental vinculada à administração pública.

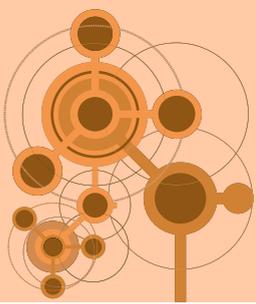
As três visões aqui apresentadas destacam a relevância da comunicação que nos permite compreender características inerentes a essas organizações, e em relação à criação de estratégias comunicacionais que viabilizem a gestão de relacionamentos, a busca de parcerias, a articulação política e outras formas de alianças multisetoriais que colaborem para a implementação da Agenda 2030 no nosso território.

Nossos agradecimentos às organizações e seus representantes que nos concederam as entrevistas.



Mariana Alcalay

- Programa das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco).
- Oficial de projetos do Setor de Educação da Representação da Unesco no Brasil, responsável pela área de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) e ponto focal da resposta humanitária para migrantes venezuelanos.



ORGANICOM – *Qual sua trajetória profissional até chegar à Unesco?*

MARIANA ALCALAY – Eu sempre quis trabalhar na área de Direitos Humanos e Resolução de Conflitos. Por isso, do ponto de vista acadêmico, estudei Relações Internacionais na Universidade de Brasília (UnB), cursei o mestrado em Direitos Humanos no Centro Interuniversitário Europeu de Direitos Humanos e Democratização (EIUC/E.MA) e especialização em Assistência Humanitária e Manutenção da Paz Internacional no Centro Austríaco para a Paz Internacional e Resolução de Conflitos (IPT). Do ponto de vista profissional, venho trabalhando há mais de 15 anos na área de Direitos Humanos e Educação em agências da ONU e organizações internacionais no Brasil, na Costa do Marfim e na Venezuela. Embora o meu foco, no início da carreira, fosse os direitos humanos e a resolução de conflitos, eu sempre acabava por trabalhar na parte que considero mais sólida para esta construção: a educação. Por essa razão, após alguns anos trabalhando em missões das Nações Unidas, eu tive a certeza de que uma excelente forma de alcançar os direitos humanos, a paz e a justiça seria por meio da educação. Tenho trabalhado com a Unesco há mais de 10 anos e tenho a mesma convicção – que tem se tornado mais forte – de que a educação ao longo da vida é uma base incontestável para se atingir os demais direitos humanos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

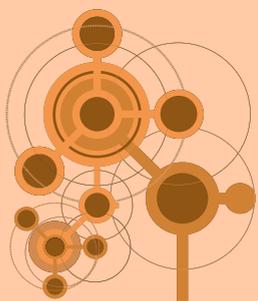
ORGANICOM – *Qual é o papel da Unesco no Brasil?*

MARIANA ALCALAY – Criada em 1945, no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, a Unesco tem como principal objetivo construir a cultura de paz na mente dos homens e das mulheres. Ancorada em suas áreas de mandato – Educação, Ciências Naturais, Ciências Humanas e Sociais, Cultura, e Comunicação e Informação –, a organização continua firme em seu propósito de reduzir as desigualdades, fortalecer a democracia e promover a cidadania por meio de programas que advogam a defesa da liberdade de expressão e dos direitos humanos, fortalecem o acesso à informação de qualidade e trabalham pela inclusão da juventude e das populações vulneráveis por meio da promoção do desenvolvimento sustentável e do apoio a políticas públicas nas áreas de Ciência, Cultura e Meio Ambiente – este último com sua biodiversidade terrestre e marinha. A representação da Unesco no Brasil trabalha de forma comprometida com os ODS da Agenda 2030 das Nações Unidas, cuja principal meta pode ser resumida em um compromisso: “Não deixar ninguém para trás”. As ações e os projetos da organização têm um olhar especial para questões relacionadas à inclusão das mulheres na sociedade e ao combate do racismo estrutural e de todas as formas de discriminação, em defesa da diversidade. A Unesco no Brasil, por meio de suas múltiplas parcerias e programas, orgulha-se de contribuir para a construção de um país com mais oportunidades para todos.

ORGANICOM – *Quais ações a Unesco tem realizado para o avanço da Agenda 2030 no Brasil?*

MARIANA ALCALAY – A Unesco busca, por meio de suas áreas de mandato, consolidar princípios e valores universais, tais como solidariedade global, inclusão social, redução das desigualdades, não discriminação, equidade de gênero e igualdade de oportunidades, além de reconhecer a contribuição da ciência, da tecnologia e da inovação, o respeito à vida na água, o princípio da diversidade cultural e o papel crucial que a liberdade de expressão e de acesso ao conhecimento desempenham para o desenvolvimento sustentável. Esses princípios estão refletidos em todos os projetos da organização e contribuem para a implementação da Agenda 2030 e de seus 17 ODS.

A Unesco é a agência líder para o cumprimento do ODS 4 – Educação de qualidade para todos. Uma das iniciativas recentes que merece destaque no âmbito do ODS 4 são as ações relacionadas à Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), área da qual eu sou ponto focal da organização para todas as atividades implementadas.



A EDS apoia os esforços para levar aos estudantes conhecimentos, habilidades, valores e atitudes necessários para contribuir para um mundo mais inclusivo, justo, pacífico e sustentável. A ação faz parte da Meta 4.7 do ODS 4, que visa, até 2030, "garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis [...]" (ONU, c2022).

Nesse contexto, a Unesco oferece subsídios aos formuladores e gestores de políticas para integrar a EDS às políticas de Educação, aos currículos e ao processo de formação de professores e estudantes. No Brasil, desenvolvemos diferentes iniciativas nessa frente, mas eu destaco uma experiência que ganhou reconhecimento internacional. Em 2017, o currículo da cidade de São Paulo foi pioneiro no mundo ao trazer objetivos de aprendizagem e desenvolvimento alinhados aos ODS, o que possibilitou tratar com muita seriedade diversas temáticas sociais e, entre elas, a sustentabilidade, que perpassa os direitos humanos e o consumo sustentável.

Além dessa experiência, a Unesco no Brasil tem desenvolvido importantes materiais didáticos e práticos para crianças, jovens, adultos e profissionais da Educação, que trazem, de forma simples, os principais conceitos da EDS, bem como exemplos práticos de como os ODS podem ser implementados no dia a dia.

ORGANICOM – Na sua visão, qual é a importância das parcerias institucionais com organizações públicas, privadas, internacionais ou do terceiro setor para o avanço dos ODS? Como essas parcerias são articuladas e trabalhadas pela Unesco no Brasil?

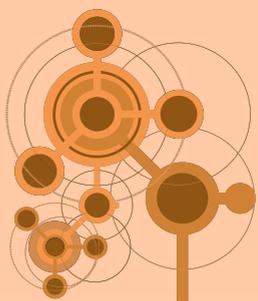
MARIANA ALCALAY – As parcerias são de extrema importância para o avanço dos ODS, porque a Agenda 2030 é uma responsabilidade de todos: governos, setor privado, terceiro setor e cidadãos. Em conjunto, essas parcerias institucionais promovem a construção de políticas públicas e mecanismos de inclusão eficientes, que sejam capazes de romper o ciclo intergeracional da pobreza e garantir o desenvolvimento sustentável para todos. Baseadas nos princípios da cooperação, da colaboração e da solidariedade, essas parcerias permitem investimentos com uma visão plural e que tenham como norte a valorização de sociedades sempre mais justas, resilientes e democráticas. É dessa forma que conseguiremos cumprir o desejo expresso pelas Nações Unidas em sua Agenda 2030.

ORGANICOM – A partir da sua perspectiva, a comunicação da Agenda 2030 é um fator relevante para a maior compreensão dos ODS, suas metas e seus indicadores por parte da sociedade e, conseqüentemente, para seu avanço no Brasil? Por quê?

MARIANA ALCALAY – Publicizar a Agenda 2030 é extremamente relevante, não apenas por meio de ações individuais do cotidiano, mas também por meio de ações coletivas, de engajamento social, nas quais a sociedade civil desempenha um papel fundamental. No caso da Unesco, a EDS, por exemplo, é um meio estratégico não apenas para comunicar a Agenda 2030, mas para promover a conscientização e o engajamento da população, o que é fundamental para que alcancemos os ODS. É importante destacar que a EDS é abrangente e pode ocorrer na educação formal, não formal e ao longo da vida, ou seja, ela envolve crianças pequenas, adolescentes, jovens, adultos e idosos.

ORGANICOM – Como você vê a comunicação da Unesco em relação aos ODS em nosso país?

MARIANA ALCALAY – A Unesco e as demais agências da ONU trabalham de forma coordenada na disseminação dos ODS, por meio de suas redes e parceiros estratégicos, nos três níveis de governo, no setor privado, nas universidades e na sociedade civil. São 17 ODS ambiciosos e interconectados que precisam da ação de todos para serem alcançados. Cada iniciativa colocada em prática e seus resultados são amplamente divulgados e demonstram que os esforços coletivos contribuem para os resultados.



Além disso, no campo educacional, a Unesco promove a formação de gestores e professores para garantir que as escolas integrem a EDS às suas práticas e a divulguem por meio de cursos online, materiais pedagógicos e guias que contêm materiais lúdicos alinhados com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sobre a implementação dos ODS na sala de aula.

ORGANICOM – A pandemia de covid-19 provocou um grande impacto no alcance das metas dos ODS em diversas regiões do planeta, inclusive no Brasil. No contexto pós-pandemia, qual é a perspectiva da Unesco para os próximos anos em termos de consecução das metas e dos indicadores dos ODS no país? Há um foco em algum ODS específico ou um plano estratégico da Unesco para avançar em certas pautas emergenciais?

MARIANA ALCALAY – O impacto da pandemia de covid-19 será sentido por muitas gerações. A interrupção dos sistemas educacionais não teve precedentes na história e aprofundou o fosso das nossas desigualdades, agravando ainda mais o quadro de exclusão para os estudantes, sobretudo os mais vulneráveis. De acordo com dados da Unesco, mais de 1,6 bilhão de estudantes foram afetados pelo fechamento das escolas em 200 países – os que não tinham um computador ou acesso à internet tiveram um prejuízo ainda maior, uma vez que não puderam assistir às aulas online.

Diante desse cenário, a Unesco, como agência líder para o cumprimento do ODS 4 (Educação de qualidade para todos), não apenas está trabalhando com os parceiros estratégicos com os quais mantém seus projetos de cooperação, tais como o Ministério da Educação e as secretarias estaduais e municipais de Educação, mas também está ampliando e multiplicando suas parcerias com representantes da esfera privada e da sociedade civil, com o intuito de recuperar as perdas de aprendizagem que foram agravadas durante a pandemia. Isso será realizado por meio do investimento em currículos inovadores, programas multidisciplinares de pesquisa e avaliação educacional, além de materiais pedagógicos abertos, inclusivos e disponibilizados em larga escala.

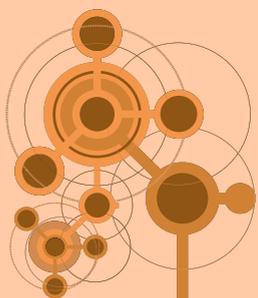
ORGANICOM – Há interesse da Unesco na aproximação e no estabelecimento de parcerias com universidades, institutos de pesquisa, associações científicas, agências de fomento ao desenvolvimento científico e cultural, entre outras instituições de apoio à ciência, educação, cultura, inovação e tecnologia? Por quê?

MARIANA ALCALAY – Sem dúvida. A Unesco reconhece o importante papel e o grande potencial de universidades, institutos de pesquisa, associações científicas e demais agentes, entre outras instituições de apoio à ciência, educação, cultura, inovação e tecnologia, para apoiar os esforços, nacionais e globais, voltados ao alcance dos ODS. A Unesco trabalha em estreita colaboração com suas cátedras em universidades de todo o Brasil, e com seus centros e institutos nos diversos temas de seu mandato, na elaboração de estudos, pesquisas, diagnósticos setoriais, publicações, capacitações, treinamentos, seminários, congressos e campanhas de *advocacy*, promovendo, assim, o intercâmbio de conhecimento com uma ampla rede de parceiros.

Somente com essa cooperação e com essa troca de conhecimentos é que conseguiremos catalisar iniciativas que vão garantir uma educação de qualidade, sem discriminação, marginalização ou exclusão, independentemente de raça, etnia, religião, deficiência, orientação sexual, idade ou status de cidadania.

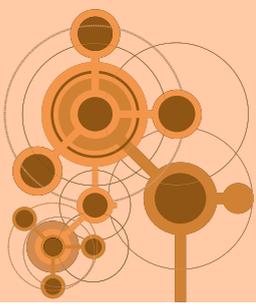
ORGANICOM – Na sua visão, a Agenda 2030 tem um efetivo potencial transformador para impactar os territórios e mudar realidades? Do que depende o seu êxito?

MARIANA ALCALAY – Sim, a Agenda 2030 tem esse potencial, e o seu êxito depende do envolvimento das comunidades e da contextualização de suas temáticas às demandas e às realidades específicas de cada território, ou seja, é o que as Nações Unidas chamam de “territorialização da Agenda 2030”.



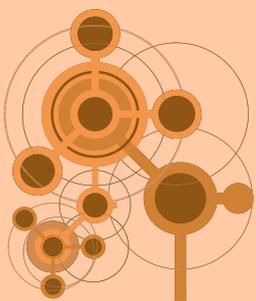
A Agenda 2030 não deve ser vista como algo novo a ser priorizado em relação à legislação local vigente. Pelo contrário, ela deve ser compreendida como uma importante aliada no fortalecimento da implementação de políticas públicas, leis pertinentes e diferentes iniciativas destinadas a resolver problemas reais, atuais, vivenciados pelos territórios. Além disso, é sempre importante lembrar que os ODS são interdependentes, universais e indivisíveis.

No que tange à educação, os ODS são oportunidades para se criar um contexto de aprendizagem essencialmente interdisciplinar, experiencial, crítico, prático, criativo e que permita o diálogo entre estudantes e educadores, e entre diferentes áreas do conhecimento e espaços escolares.



Carlo Pereira

- CEO do Pacto Global da ONU no Brasil.
- Mais de 20 anos de experiência em sustentabilidade e relações institucionais.
- Membro do Conselho Regional das Redes da América Latina no Pacto Global da ONU e de conselhos de administração de empresas.
- Graduado em Química e mestre em Ciência pela Universidade de São Paulo (USP).
- MBA em sustentabilidade pela University of Lüneburg e especialização em liderança internacional pela GIZ na Alemanha.



ORGANICOM – *Qual sua trajetória profissional até chegar ao Pacto Global das Nações Unidas no Brasil?*

CARLO PEREIRA – Trabalho com sustentabilidade há mais de 20 anos, mas desde o tempo como estudante já participava do movimento estudantil. Como químico de formação, sempre estive relacionado com temas como carbono, mercado de carbono e todos esses assuntos. E dentro das empresas por onde passei, liderei áreas de sustentabilidade e trabalhei muito próximo ao Pacto Global e outras organizações. Esse trabalho foi reconhecido e essa oportunidade de ser o CEO do Pacto Global da ONU no Brasil se abriu.

ORGANICOM – *O que é o Pacto Global das Nações Unidas e qual seu papel no Brasil?*

CARLO PEREIRA – Lançado em 2000 pelo então secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, o Pacto Global é um chamado para as empresas alinharem suas estratégias e operações a 10 princípios universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção, e desenvolverem ações que contribuam para o enfrentamento dos desafios da sociedade. É hoje a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, presente em quase 170 países e com 70 redes locais.

Criado em 2003, o Pacto Global da ONU no Brasil já tem mais de 1.500 participantes, entre empresas e organizações não empresariais, e caminha para ser a segunda maior rede entre todas as redes locais. Os projetos conduzidos no país são desenvolvidos por meio das plataformas de ação (Ação pela Água, Ação pelo Agro Sustentável, Ação pelos Direitos Humanos, Ação pelo Clima, Ação contra a Corrupção, e Ação para Comunicar e Engajar), além de gestão de conhecimento e dos programas internacionais. Atualmente estão em andamento dezenas de iniciativas, que contam com o envolvimento de centenas de empresas, assim como agências da ONU e agências governamentais.

ORGANICOM – *Quais ações o Pacto Global tem realizado para o avanço da Agenda 2030 no Brasil?*

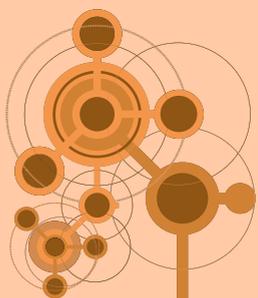
CARLO PEREIRA – Ao longo dos últimos anos temos promovido, cada vez mais, o impacto necessário para ganhar a adesão de todos em torno de uma sociedade mais justa e de um planeta mais saudável e sustentável. Hoje sabemos o quanto é fundamental para as estratégias de negócio o desempenho em sustentabilidade e o quanto o Pacto Global da ONU no Brasil é uma plataforma essencial para que as organizações alcancem os ODS.

Em abril, anunciamos o lançamento da Ambição 2030, estratégia formada por sete grandes movimentos, criados para acelerar as metas propostas pela Agenda 2030 da ONU. Alcançar os ODS é uma prioridade e o engajamento do setor privado é fundamental para isso. Fazem parte da estratégia os seguintes movimentos: Mente em Foco, Elas Lideram 2030, +Água, Salário Digno, Raça é Prioridade, Ambição Net Zero e Transparência 100%, que tratam de questões relacionadas a saúde, direitos humanos, clima, acesso à água e anticorrupção. A adesão é gratuita e as empresas podem participar de todos, que visam gerar impacto a partir de compromissos públicos de um grupo de empresas por meio de ações coletivas e individuais.

Além disso, como um programa das Nações Unidas, o Pacto Global da ONU no Brasil acessa o conhecimento das diversas agências e conta com o envolvimento do poder público, de instituições de ensino e da sociedade civil para gerar impacto em um ambiente neutro e dinâmico.

Alavancar o potencial da comunidade empresarial como agente de transformação também é garantir a competitividade dos negócios na economia mundial e a inclusão de lideranças e fóruns decisórios globais de referência.

ORGANICOM – *Na sua visão, qual é a importância das parcerias institucionais com organizações públicas, privadas, internacionais ou do terceiro setor para o avanço dos ODS? Como essas parcerias são articuladas e trabalhadas pelo Pacto Global?*



CARLO PEREIRA – Em nossa sociedade, não podemos separar os três setores como entidades isoladas. O governo é responsável por uma série de regras, processos e políticas que influenciam o dia a dia do segundo e do terceiro setor.

O segundo setor é responsável por empregar a maior parte da população mundial, além de contribuir para a produção de serviços e produtos do nosso dia a dia; enquanto o terceiro setor chega onde o primeiro e o segundo não chegam, na ponta para contribuir com a resolução de problemas socioambientais.

Dessa forma, a parceria institucional se faz necessária, dado que nenhum dos três setores da sociedade possui toda a expertise necessária para a resolução dos problemas socioambientais que a agenda dos ODS aponta.

No Pacto Global as parcerias são articuladas visando justamente essa expertise de cada ator. Por exemplo, no projeto Blue Keepers, voltado para o problema dos plásticos nos oceanos, temos o trabalho de empresas em conjunto com universidades e prefeituras.

ORGANICOM – A partir da sua perspectiva, a comunicação da Agenda 2030 é um fator relevante para a maior compreensão dos ODS, suas metas e indicadores por parte da sociedade e, conseqüentemente, seu avanço no país? Por quê?

CARLO PEREIRA – Sim, com certeza. E porque é chegado o momento em que cada um deve fazer a sua parte, o conhecimento e envolvimento de todos os stakeholders é relevante e fundamental para que a agenda avance. O Pacto Global da ONU no Brasil contribui para acelerar esse alcance a partir do momento que contribui com sua jornada de conhecimento e plataformas de ação, e convoca as empresas brasileiras a reconhecerem a urgência e a necessidade de promover ações concretas, com metas e assumindo compromissos públicos.

Para maior transparência e acompanhamento, também apresentamos este ano a plataforma Observatório 2030, que vai monitorar os compromissos públicos assumidos pelas empresas. Perceber que cada um tem seu papel e sua responsabilidade nessa transformação é fundamental. A mudança das estratégias empresariais é crucial e nós, como líderes empresariais, somos parte do problema, mas juntos somos também a solução.

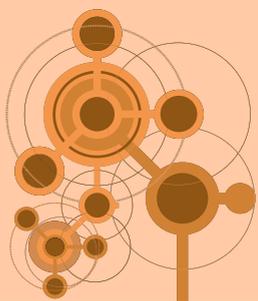
ORGANICOM – Como você vê a comunicação do Pacto Global e das organizações signatárias em relação aos ODS?

CARLO PEREIRA – O Pacto Global trabalha para apoiar a implementação dos ODS junto às empresas. Dessa forma, criamos recentemente os sete movimentos que compõem a Ambição 2030, que traz luz à algumas das principais metas que o setor privado pode contribuir para cumprir com a agenda dos ODS.

Por outro lado, as organizações signatárias precisam uma vez ao ano enviar o que chamamos de Comunicação de Progresso (CoP), que é um relatório que descreve as atividades realizadas em sustentabilidade. O que acreditamos é que as empresas precisam cada vez mais fazer um “de-para” das suas práticas com as metas atreladas à agenda dos ODS, para que fique claro aos seus públicos de interesse como ela está contribuindo.

ORGANICOM – A pandemia de covid-19 provocou um grande impacto no alcance das metas dos ODS em diversas regiões do planeta, inclusive no Brasil. No contexto pós-pandemia, qual é a perspectiva do Pacto Global para os próximos anos em termos de desenvolvimento e consecução das metas e indicadores dos ODS no país? Há algum plano estratégico do Pacto Global para a retomada do desenvolvimento sustentável na dimensão social, ambiental e econômica no pós-pandemia?

CARLO PEREIRA – Se por um lado viemos de um contexto bem desafiador, com impactos sociais e ambientais urgentes, houve também um novo momento de atenção das empresas para temas voltados para a sociedade.



Em 2020, mesmo em cenário de pandemia, tivemos o maior crescimento mundial do Pacto Global, passando dos 1.500 signatários no Brasil. Somamos globalmente 20mil signatários e com um objetivo claro: alcançar a Agenda 2030 da ONU, seguindo juntos para atingir os ODS, que abrangem áreas como Governança, Direitos Humanos e Meio Ambiente.

Todos sabem das questões que nos afligem diretamente e estão de olho. Há uma pressão muito forte da sociedade para que as empresas atuem mais fortemente, potencializando o impacto positivo. E não dá mais para esperar, estamos no que chamamos de Década da Ação, estamos numa corrida contra o tempo até 2030 para liderar transformações necessárias e fundamentais para a sociedade.

Tudo isso nos fez chegar à Ambição 2030, ao planejamento estratégico que temos hoje, que é mais do que um planejamento: é um reposicionamento. Uma mudança de paradigma da instituição para fazer com que as empresas tragam para si essa responsabilidade, que também é delas. E não deixem para agir amanhã.

No Brasil, ultimamente, temos falado e ouvido muito a sigla ESG (sigla em inglês para *environmental, social and governance*), mas ainda há muito a ser trilhado no setor privado. É preciso se comprometer por meio de compromissos públicos lastreados em metas baseadas na ciência, e o Pacto Global da ONU vem contribuindo para essa ambição.

ORGANICOM – Há interesse do Pacto Global na aproximação e no estabelecimento de parcerias com universidades, institutos de pesquisa, agências de fomento ao desenvolvimento científico, entre outras instituições de apoio à ciência, inovação e tecnologia? Por quê?

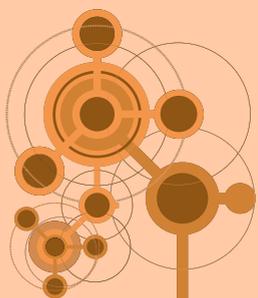
CARLO PEREIRA – Sim, na nossa área de Gestão do Conhecimento, por exemplo, nosso objetivo é fornecer soluções de aprendizado para indivíduos e organizações empresariais para melhorar a tomada de decisão e apoiar ações para construir um futuro melhor. As parcerias são imprescindíveis, pois não será possível alcançar simultaneamente objetivos ambiciosos e transformadores com justiça social, viabilidade econômica e sustentabilidade ambiental sem um sistema robusto de ciência, tecnologia e inovação. Atingir os 17 ODS da Agenda 2030 requer ações firmes e coordenadas dos diversos atores da sociedade.

A área de Ciência, Tecnologia e Inovação é estratégica para qualquer agenda do futuro e de desenvolvimento, porque permite desenvolver soluções técnicas adequadas à realidade e às especificidades do país, reduzir o custo e tornar acessíveis tecnologias e práticas sustentáveis, além de ser determinante para que o setor produtivo nacional possa ser competitivo e gerador de emprego e renda. Para isso, será necessário construir pontes e fortalecer as conexões.

ORGANICOM – Na sua visão, a Agenda 2030 tem efetivo potencial transformador para impactar os territórios e mudar realidades? Do que depende o seu êxito?

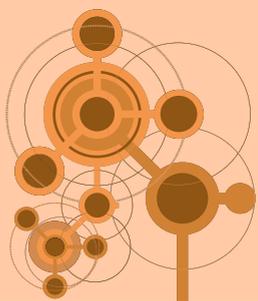
CARLO PEREIRA – Sim, e isso já vem acontecendo. Como mencionei antes, seu êxito depende do comprometimento e da ação de todos os stakeholders. Em uma economia cada vez menos centrada nos *shareholders* e mais focada nos stakeholders, separar os valores de uma empresa de seu valor no mercado tem se mostrado impraticável. A transição para o capitalismo de stakeholders é uma realidade que está em curso.

Nunca estivemos tão cientes das causas e consequências dos problemas do mundo. Ao mesmo tempo, nunca tivemos tantas ferramentas. E sobretudo sabemos o que e como fazer. Em 2020, vimos um *turning point*, uma aceleração e maturidade da agenda ESG. Antes disso, só 27% do produto interno bruto (PIB) tinha metas de descarbonização, e agora, mais de 80%, por exemplo. Costumo dizer que não podemos recuar nos avanços das últimas décadas. E para isso, não podemos andar sozinhos.



Ana Paula Fava

- Coordenadora executiva da Comissão Estadual de São Paulo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



ORGANICOM – Qual é a sua trajetória profissional até chegar à coordenação executiva da Comissão Estadual de São Paulo para os ODS?

ANA PAULA FAVA – Sou formada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) com MBA em Bens Culturais: Economia, Cultura e Gestão pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Há 22 anos no Governo de São Paulo, fui responsável pela área internacional da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (2008-2016) e, posteriormente, pela área internacional do Governo de São Paulo (2016-2018). Acompanhei diversos secretários de Meio Ambiente em Conferências das Nações Unidas (COP) e coordenei a participação do estado de São Paulo nas históricas: COP-10, em Nagoya, Japão (2010); Rio+20, no Rio de Janeiro (2012); e COP-21, em Paris, França (2015). Fui coordenadora executiva do Conselho Consultivo de Relações Internacionais (2017-2018) e do Fórum Econômico Mundial América Latina em São Paulo (março de 2017). Fui também responsável pela criação da Comissão Estadual do Governo de São Paulo para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (2018) que, atualmente, coordeno.

ORGANICOM – Qual é o objetivo da Comissão Estadual de São Paulo para os ODS?

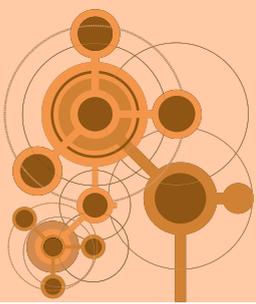
ANA PAULA FAVA – Regida pelo Decreto nº63.792, de 9 de novembro de 2018, e reorganizada pelo Decreto nº64.148, de 19 de março de 2019, a Comissão ODS tem por finalidade internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 da ONU no estado de São Paulo. Na prática, a Comissão ODS estimula a visão integrada das políticas públicas de São Paulo, a incorporação da Agenda 2030 nos instrumentos de planejamento do estado (Plano Plurianual – PPA) e a definição de indicadores que possam medir o avanço ou o retrocesso dos programas e ações do governo em todo o território paulista até 2030, ou seja, tem como objetivo se tornar uma Agenda do estado, independentemente da gestão vigente.

ORGANICOM – Quais são as ações que a comissão tem realizado para o avanço da Agenda 2030 em São Paulo?

ANA PAULA FAVA – Por meio de uma série de instrumentos de governança, listados a seguir, o Governo de São Paulo realizou inúmeros workshops com a participação do governo federal e de governos municipais, academia e sociedade civil organizada para a disseminação e capacitação da Agenda 2030 aos gestores públicos.

Decretos e resoluções:

- Resolução Conjunta Casa Civil/Secretaria de Meio Ambiente/Secretaria de Desenvolvimento Social nº1, de 21 de setembro de 2015;
- Decreto nº62.063, de 27 de junho de 2016;
- Decreto nº63.792, de 9 de novembro de 2018;
- Decreto nº64.124, de 8 de março de 2019;
- Decreto nº64.148, de 19 de março de 2019;
- Resolução Conjunta Casa Civil/Secretaria de Desenvolvimento Econômico nº1, de 26 de junho de 2019;
- Decreto nº64.189, de 17 de abril de 2019;



- Decreto nº64.462, de 11 de setembro de 2019.

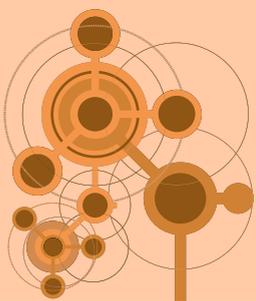
Paralelamente:

- Elaborou o *I Relatório de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo (I Voluntary Local Review)* referente ao diálogo do PPA 2016-2019, aos ODS e às metas;
- Elaborou o PPA 2020-2023 alinhado à Agenda 2030;
- Estabeleceu parceria com o Instituto de Relações Internacionais da USP e a Secretaria da Justiça e Cidadania para o mapeamento do ODS 5;
- Estabeleceu parceria com o Instituto de Relações Internacionais da USP para a classificação das emendas parlamentares aos ODS e às metas;
- Estabeleceu parceria com a Empresa Júnior do Instituto de Relações Internacionais da USP e o Banco do Povo (Secretaria de Desenvolvimento Econômico) para o Estudo do Impacto dos Microcréditos (ODS 8) no estado de São Paulo;
- Participou da elaboração do Curso ODS na modalidade de ensino a distância (EAD) criado pela Escola de Governo de São Paulo (Egesp) a ser lançado em breve;
- Elaborou o *II Relatório de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do estado de São Paulo (II Voluntary Local Review)*, co-construído por 26 instituições governamentais, que será lançado em breve;
- Articulou parceria com a Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), a USP, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a Frente Nacional de Prefeitos e a Associação Paulista de Municípios para a implementação da Agenda 2030 nos municípios de São Paulo;
- Participa e compartilha as ações do estado no site e em eventos do sistema ONU;
- Participa e compartilha as ações do estado na Rede de Governos Subnacionais “Regions4” e na Rede de Desenvolvimento Sustentável Governos Locais pela Sustentabilidade (ICLEI).

ORGANICOM – *Na sua visão, qual é a importância das parcerias institucionais com organizações públicas, privadas, internacionais ou do terceiro setor para o avanço dos ODS? Como essas parcerias são articuladas e trabalhadas pela Comissão Estadual ODS?*

ANA PAULA FAVA – Parcerias com todos os setores são de fundamental importância, pois o governo sozinho não conseguirá transformar o território paulista em um território melhor até 2030. Parcerias se tornaram o instrumento-chave para que se tenham resultados efetivos, medidos por indicadores bem definidos. Todos devem trabalhar, juntos, para “*não deixar ninguém para trás*”. Um grande desafio, sem dúvida, mas absolutamente factível se houver seriedade e comprometimento.

ORGANICOM – *A partir da sua perspectiva, a comunicação da Agenda 2030 é um fator relevante para a maior compreensão dos ODS, suas metas e indicadores por parte da sociedade e, conseqüentemente, seu avanço em São Paulo e no Brasil? Por quê?*



ANA PAULA FAVA – A comunicação é essencial para que se faça chegar aos gestores públicos, ao setor privado, à academia, ao terceiro setor e à população, de uma forma ampla, o conteúdo da Agenda 2030, que é complexo, de difícil compreensão e implementação na prática. Trata-se, no entanto, de um interesse comum, que é a melhoria da qualidade de vida das pessoas dos 193 países signatários da Declaração “Transformando o Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. É preciso investir em comunicação, capacitação e parcerias para que o avanço aconteça de fato.

ORGANICOM – *Como você vê a comunicação da Comissão Estadual ODS em relação a parceiros institucionais e com a população? Há algumas ações estratégicas de comunicação ou educação/sensibilização?*

ANA PAULA FAVA – Até o momento a comunicação é tímida. É preciso melhorar a comunicação por meio do website (que está em reestruturação), criar uma logomarca para a Comissão ODS, divulgar os dois relatórios de acompanhamento dos ODS nas universidades, escolas e agências de pesquisa. É preciso promover as parcerias que têm sido estabelecidas e que podem funcionar como exemplo para que outros governos e parceiros possam se inspirar neste modelo que acredito ser positivo. De forma geral, a sociedade sabe pouco sobre as inúmeras boas ações desenvolvidas pelo setor público governamental.

ORGANICOM – *A pandemia de covid-19 provocou um grande impacto no alcance das metas dos ODS em diversas regiões do planeta, inclusive no Brasil. No contexto pós-pandemia, qual é a perspectiva da Comissão Estadual ODS para os próximos anos em termos de desenvolvimento e consecução das metas e indicadores da Agenda 2030 no país? A comissão tem algum projeto em andamento ou sendo construído para os próximos anos?*

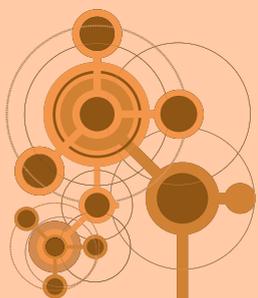
ANA PAULA FAVA – De fato, a pandemia impactou negativamente muitos dos indicadores que se esperava alcançar até o momento, o que acarretará, conseqüentemente, uma maior dificuldade para o avanço das metas até 2030. Eu diria que redução da pobreza e da fome, educação, saúde e a perda de emprego e renda seriam alguns dos indicadores mais impactados negativamente. A comissão decidiu estabelecer parcerias com as três universidades públicas paulistas (Unesp, USP e Unicamp) para a implementação dos ODS nos municípios de São Paulo por meio de uma equação, sabidamente, positiva na história, que é a utilização do conhecimento, da pesquisa e de projetos bem elaborados que serão oferecidos pelas universidades para a resolução de questões de um território que conta com 645 municípios e 46 milhões de habitantes. O Governo de São Paulo e as universidades trabalharão na busca de soluções conjuntas para um mundo melhor até 2030 e, certamente, após este período, vis-à-vis o compromisso que o Estado sempre teve na implementação dos grandes acordos e agendas globais.

ORGANICOM – *Há interesse da Comissão Estadual ODS na aproximação e no estabelecimento de parcerias com universidades, institutos de pesquisa, associações científicas, agências de fomento ao desenvolvimento científico, entre outras instituições de apoio à ciência, inovação e tecnologia? Por quê?*

ANA PAULA FAVA – Há muito interesse. Como foi dito em uma resposta anterior, a Comissão Estadual entende e valoriza o estabelecimento do diálogo e das parcerias com instituições de pesquisa, universidades, agências de fomento, pois acredito que esta é a única maneira de avançarmos na luta por um mundo mais justo, inclusivo e que respeite o meio ambiente.

ORGANICOM – *Na sua visão, a Agenda 2030 tem efetivo potencial transformador para impactar os territórios e mudar realidades? Do que depende o seu êxito?*

ANA PAULA FAVA – Eu acredito neste instrumento. A Agenda 2030 foi uma agenda construída de forma consensual. Governos, setor privados e sociedade civil organizada foram ouvidos de 2012 a 2015 para que, só então, a Agenda 2030 fosse lançada pela ONU. Os 17 ODS trazem à tona e chamam a atenção do mundo para problemas que são universais,



que existem nos 193 países signatários. O conceito de "territorialização", que é o olhar destes problemas universais voltados para um determinado território, permite que as soluções sejam menos complexas, mais pontuais e direcionadas. A Agenda 2030 traz um norte para que governos e sociedade civil se mobilizem e assumam o compromisso de transformar as realidades locais. Para que isso ocorra, é preciso liderança, seriedade e respeito à vida de todos.

REFERÊNCIAS

ONU. *Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4: Educação de qualidade*. Brasília, DF: Nações Unidas Brasil, c2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4>. Acesso em: 15 ago. 2022.

Artigo recebido em 15/9/2022 e aprovado em 16/9/2022.